

Leonardo Barreto Moreira Alves
Fábio Roque Araújo
Karol Arruda

PACOTE ANTICRIME COMENTADO

Análise da Lei 13.964/2019
artigo por artigo

2020



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

Diagramação: Lupe Comunicação e Design (lupecomunicacao@gmail.com)

A474p

Alves, Leonardo Barreto Moreira

Pacote Anticrime Comentado - Análise da Lei 13.964/19 Artigo por Artigo /
Leonardo Barreto Moreira Alves, Fábio Roque, Karol Arruda – Salvador: Editora
JusPodivm, 2020.

336 p.

Inclui Bibliografia.

ISBN 978-65-5680-020-2

1. Direito penal. 2. Legislação comentada. I. Arruda, Karol. II. Alves, Leonardo
Barreto Moreira. III. Roque, Fabio. IV. Título.

1176.02

CDD 341.5

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

ALTERAÇÕES NO CÓDIGO PENAL

ALTERAÇÃO NO ART. 25

<i>Inclusão do parágrafo único</i>	17
1. Considerações gerais	17
2. Requisitos da legítima defesa	18
3. Regra de extensão para agentes de segurança pública.....	21

ALTERAÇÃO NA EXECUÇÃO DA PENA DE MULTA

<i>Alteração no art. 51</i>	22
1. Considerações iniciais.....	22
2. Alteração legislativa.....	24

DO TEMPO DE CUMPRIMENTO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE

<i>Alteração no Art. 75 do CP</i>	25
1. Considerações gerais	26
2. Superveniência de nova condenação e unificação das penas.....	27

ALTERAÇÕES NO ART. 83 DO CÓDIGO PENAL

<i>Alterou os requisitos para o livramento condicional</i>	28
1. Considerações iniciais.....	28
2. Requisitos.....	29
2.1. Requisitos objetivos	29
2.2. Requisitos subjetivos	32

INCLUSÃO DO ART. 91-A NO CÓDIGO PENAL

1. Do confisco alargado	36
2. Quadro resumo das alterações do art. 91-A.....	38

ALTERAÇÃO NO ART. 116 DO CÓDIGO PENAL

<i>Inclui mais uma causa impeditiva da prescrição</i>	39
1. Considerações iniciais.....	39
1.1. Prescrição da pretensão punitiva: dá-se no processo de conhecimento penal, ocorrendo pelo escoamento do prazo antes do trânsito em julgado da sentença	40
1.2. Prescrição da pretensão executória: dá-se no processo de execução penal, ocorrendo pelo fim do prazo antes de iniciar o cumprimento da pena.	40
2. Curso do prazo prescricional.....	40
3. Causas impeditivas da prescrição.....	40

ALTERAÇÃO NO ART. 157, § 2º, DO CÓDIGO PENAL

1. Considerações iniciais.....	44
2. Causa de aumento de pena no roubo praticado com emprego de arma branca....	44
3. Causa de aumento da pena em dobro (§ 2º-B).....	46
4. Síntese.....	46

ALTERAÇÃO PROMOVIDA NO ART. 171 DO CÓDIGO PENAL

<i>Altera a natureza da ação penal no crime de estelionato</i>	46
1. Considerações iniciais.....	47
2. Alterações promovidas pela Lei 13.964/2019.....	47

ALTERAÇÃO PROMOVIDA NO ART. 316 DO CÓDIGO PENAL

<i>Aumenta a pena para o crime de concussão</i>	49
1. Considerações iniciais.....	50
2. Alterações.....	50

ALTERAÇÕES NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**INCLUSÃO DO ART. 3º-A a 3º-F NO CPP**

<i>O juiz das garantias</i>	51
1. Considerações iniciais.....	51
2. Quadro resumo sobre o juiz das garantias.....	80

INCLUSÃO DO ART. 14-A NO CPP

1. Direito de defesa de agentes de segurança pública e das Forças Armadas em investigação criminal.....	81
---	----

ALTERAÇÃO PROMOVIDA NO ART. 28 DO CPP

1. Arquivamento da investigação criminal.....	85
2. Comunicação do arquivamento do inquérito policial.....	89

3.	Controle do arquivamento do inquérito policial	89
4.	Arquivamento indireto.....	100
5.	Desarquivamento da investigação criminal	100
6.	Outras repercussões da reforma do art. 28 do CPP	104
7.	Decisão cautelar do Ministro do STF Luiz Fux na ADI 6.305 suspendendo a eficácia <i>sine die, ad referendum</i> do Plenário, do art. 28, caput, do CPP.....	105

INCLUSÃO DO ART. 28-A NO CPP

	<i>Do acordo de não persecução penal</i>	108
1.	Acordo de não persecução penal	110
2.	Quadro comparativo do art. 28-A.....	122

ALTERAÇÃO DO ART. 122 DO CPP

	<i>Alienação das coisas apreendidas</i>	123
1.	Alienação imediata de coisas apreendidas.....	124

INCLUSÃO DO ART. 124-A NO CPP

	<i>Destinação a museus públicos</i>	124
1.	Destinação de obras de arte ou similares	124

ALTERAÇÃO DO ART. 133 DO CPP

1.	Alienação de bens cujo perdimento foi decretado	125
----	---	-----

INCLUSÃO DO ART. 133-A NO CPP

	<i>Da autorização para utilização do bem sequestrado</i>	126
1.	Uso de bens particulares pelo Poder Público.....	127

INCLUSÃO DO ART. 157, § 5º, AO CPP

	<i>Da proibição ao juiz que conhecer da prova ilícita proferir a sentença ou acórdão</i>	128
1.	Impedimento do juiz pelo conhecimento da prova ilícita (teoria da contaminação do entendimento).....	128
2.	Decisão cautelar do Ministro do STF Luiz Fux nas ADIs 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305 suspendendo a eficácia <i>sine die, ad referendum</i> do Plenário, do art. 157, § 5º, do CPP	130

INCLUSÃO DOS ARTS. 158-A a 158-F NO CPP

	<i>Da cadeia de Custódia</i>	131
1.	Cadeia de custódia.....	134

DAS ALTERAÇÕES NO ART. 282 DO CPP

	<i>Alterações nas medidas cautelares</i>	138
1.	Decreto das medidas cautelares alternativas à prisão cautelar (art. 282, § 2º, CPP)....	139

2.	Observância do contraditório e da ampla defesa (art. 282, § 3º, CPP).....	140
3.	Fungibilidade das medidas cautelares (art. 282, § 4º, CPP).....	143
4.	Revogação, substituição e novo decreto de medidas cautelares (art. 282, § 5º, CPP)	144
5.	Caráter de extrema ou <i>ultima ratio</i> da prisão preventiva (art. 282, § 6º, CPP)	146
6.	Quadro-Resumo das alterações nas medidas cautelares	148

ALTERAÇÃO NO ART. 283 DO CPP

	<i>Da prisão</i>	149
1.	Prisões existentes no país.....	149

ALTERAÇÃO DO ART. 287 DO CPP

	<i>Infração inafiançável</i>	151
1.	Prisão sem exibição do mandado	151

ALTERAÇÕES NO ART. 310 DO CPP

	<i>Audiência de Custódia</i>	152
1.	Audiência de custódia	153
2.	Liberdade provisória	159
3.	Decisão cautelar do Ministro do STF Luiz Fux na ADI 6.305 suspendendo a eficácia sine die, ad referendum do Plenário, do art. 310, § 4º, do CPP	161
4.	Quadro comparativo.....	162

ALTERAÇÃO NO ART. 311 DO CPP

	<i>Da prisão preventiva</i>	163
1.	Momento de decreto da prisão preventiva e legitimidade para provocar o juiz a decretá-la.....	163

ALTERAÇÃO NO ART. 312 DO CPP

	<i>Dos requisitos para a decretação da prisão preventiva</i>	166
1.	Requisitos da prisão preventiva	166

INCLUSÃO DO § 2º AO ARTIGO 313 DO CPP

	<i>Vedação à decretação da prisão preventiva</i>	174
1.	Reforço à cautelaridade da prisão preventiva	174

ALTERAÇÃO DO ART. 315 DO CPP

	<i>Da exigência de motivação</i>	175
1.	Motivação e fundamentação do decreto da prisão preventiva.....	176

ALTERAÇÃO NO ART. 316 DO CPP

	<i>Da revogação da prisão preventiva e da necessidade de sua reavaliação periódica</i>	179
1.	Decisão sobre a prisão preventiva submetida à cláusula <i>rebus sic stantibus</i>	179

ALTERAÇÕES NO ART. 492 CPP	185
<i>Da sentença e do Recurso no Tribunal do Júri</i>	185
1. Execução provisória da pena privativa de liberdade no Tribunal do Júri	186
ALTERAÇÃO DO ART. 564 DO CPP	192
<i>Cria nova hipótese de nulidade</i>	192
1. Nulidade de decisão carente de fundamentação	192
2. Quadro comparativo.....	192
ALTERAÇÃO DO ART. 581 DO CPP	193
<i>Cria nova hipótese para o cabimento de RESE</i>	193
1. Cabimento do recurso em sentido estrito contra decisão que não homologa acordo de não persecução penal.....	193
2. Quadro comparativo.....	193
ALTERAÇÃO NO ART. 638 DO CPP	
<i>Processamento dos recursos extraordinário e especial</i>	193
1. Regramento do recurso extraordinário e do recurso especial	194

ALTERAÇÕES NA LEP (LEI 7.210/84)

INCLUSÃO DO ART. 9º-A	
<i>Garantias mínimas de proteção dos dados genéticos</i>	195
1. Considerações iniciais.....	196
ALTERAÇÃO DO ART. 50	
<i>Inclusão de nova hipótese de Falta Grave</i>	199
1. Identificação do perfil genético.....	199
ALTERAÇÃO DO ART. 52	
<i>Alterações no Regime Disciplinar Diferenciado (RDD)</i>	199
1. Regime Disciplinar Diferenciado.....	201
2. Quadro comparativo.....	206
ALTERAÇÃO DO ART. 112	
<i>Alteração nos requisitos para a progressão de regime</i>	208
1. Considerações iniciais.....	210
2. Requisitos para a progressão	210
3. Antes da Lei n. 13.964/19 (entrada em vigor no dia 23/01/2020).....	211
4. Após a Lei n. 13.964/19 (entrada em vigor no dia 23/01/2020)	211

5.	A possibilidade de progressão de regime nos crimes hediondos e equiparados e os seus requisitos.....	215
6.	Quadro Comparativo.....	217

ALTERAÇÃO DO ART. 122

	<i>Da vedação à saída temporária</i>	218
1.	Considerações iniciais.....	218
2.	Hipóteses de cabimento.....	219
3.	Requisitos para a concessão.....	219

ALTERAÇÕES NA LEI DOS CRIMES HEDIONDOS (LEI 8.072/90)

1.	Considerações Gerais.....	224
2.	Estudo dos crimes hediondos introduzidos pela Lei 13.964/2019.....	227
2.1	Considerações Gerais.....	227
2.2	Homicídio (art. 121).....	228
2.2.1	Quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente.....	228
2.2.2	Homicídio qualificado (art. 121, § 2º, incisos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII).....	229
2.3	I-A – lesão corporal dolosa de natureza gravíssima (art. 129, § 2º) e lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º), quando praticadas contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição.....	233
2.4	Roubo.....	235
2.4.1	Roubo circunstanciado pela restrição de liberdade da vítima.....	235
2.4.2	Circunstanciado pelo emprego de arma de fogo (art. 157, § 2º-A, inciso I) ou pelo emprego de arma de fogo de uso proibido ou restrito (art. 157, § 2º-B).....	236
2.4.2.1	Análise art. 157, § 2º, inciso VII, CP.....	237
2.4.2.2	Análise do § 2º-B, art. 157, CP.....	237
2.4.3	Qualificado pelo resultado lesão corporal grave ou morte (art. 157, § 3º).....	239
2.5	Extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima, ocorrência de lesão corporal ou morte (art. 158, § 3º) – Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019.....	241

2.6	IX – furto qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum (art. 155, § 4º-A) – Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019.....	242
3.	Estudo dos crimes equiparados a hediondo.....	242
3.1.	Genocídio.....	242
3.2	Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido, previsto no art. 16 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.....	244
3.3	Crime de comércio ilegal de armas de fogo, previsto no art. 17 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.....	245
3.4	Crime de tráfico internacional de arma de fogo, acessório ou munição, previsto no art. 18 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 – Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019.....	246
3.5	O crime de organização criminosa, quando direcionado à prática de crime hediondo ou equiparado – Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019.....	247
4.	Considerações finais.....	247
5.	Quadro resumo das alterações na lei de Crimes Hediondos.....	247

ALTERAÇÕES NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (LEI 8.429/92)

1.	Acordo de não persecução cível.....	249
----	-------------------------------------	-----

ALTERAÇÕES NA LEI DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA (LEI 9.296/96)

1.	Considerações gerais.....	252
2.	Lei 13.964/2019: inseriu o art. 8º-A.....	254
3.	Lei 13.964/2019: inseriu o art.10-A.....	255

ALTERAÇÕES NA LEI DE LAVAGEM DE DINHEIRO (LEI 9.613/98)

1.	Considerações iniciais.....	257
2.	Lei 13.964/2019: art. 1º, § 6º.....	259

ALTERAÇÕES NO ESTATUTO DO DESARMAMENTO (LEI 10.826/03)

1.	Considerações iniciais.....	262
2.	Estudo do art. 16, caput.....	263

2.1	Da figura equiparada: art. 16, § 1º	264
2.2	Da qualificadora.....	266
3.	Estudo das alterações do art. 17	267
3.1	Considerações gerais.....	267
4.	Estudo das alterações do art.18.....	268
4.1	Considerações gerais.....	269
5.	Estudo das alterações promovidas no art. 20.....	270
6.	Estudo do art. 34-A: banco nacional de perfil balístico.....	270
6.1	Considerações gerais.....	270

ALTERAÇÕES NA LEI DE DROGAS (LEI 11.343/06)

1.	Considerações gerais	273
----	----------------------------	-----

ALTERAÇÕES NA LEI DE TRANSFERÊNCIA/INCLUSÃO DE PRESOS EM ESTABELECIMENTOS PENAIS FEDERAIS DE SEGURANÇA MÁXIMA (LEI 11.671/08)

1.	Estudo das alterações promovida no art. 2º	276
2.	Estudo das alterações promovidas no art. 3º.....	277
1.1	Características da inclusão.....	277
1.2	Monitoramento de áudio e vídeo em áreas de atendimento advocatício....	278
1.3	Vedações.....	279
1.4	Poderes para a suspensão e restrição do direito de visitas	279
1.5	Previsão de crime	279
4.	Estudo do art. 10, § 1º.....	280
5.	Decisões colegiadas.....	280
6.	Construção de estabelecimentos penais de segurança máxima.....	281

ALTERAÇÕES NA LEI DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL (LEI 12.037/09)

1.	Considerações iniciais.....	284
2.	Da exclusão do perfil genético	286
3.	Da criação do banco nacional e multibiométrico e de impressões digitais	286

**ALTERAÇÕES NA LEI DE PROCESSO E O
JULGAMENTO COLEGIADO EM PRIMEIRO GRAU
DE JURISDIÇÃO DE CRIMES PRATICADOS POR
ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS (LEI 12.694/12)**

1.	Considerações iniciais.....	290
2.	Aprofundamento no estudo das alterações.....	290

**ALTERAÇÕES NA LEI DE ORGANIZAÇÕES
CRIMINOSAS (LEI 12.850/13)**

1.	Considerações iniciais.....	304
2.	Alterações no art. 2º.....	305
	2.1 Considerações iniciais.....	305
	2.2 Estudo do art. 2º, § 8º.....	306
	2.2 Estudo do art. 2º, § 9º.....	306
3.	Alterações no art. 3º.....	306
	3.1 Natureza jurídica do Acordo de Colaboração Premiada.....	306
	3.2 Inclusão do art. 3º-B.....	307
	3.3 Estudo do Art. 3º-C.....	310
4.	ESTUDO DO ART. 4º.....	311
5.	Dos direitos do colaborador (acréscimo do inc. VI – redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019).....	317
	5.1 Do dever de sigilo – art. 7º, § 3º (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019).....	317
6.	Da infiltração virtual – art. 10-A (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019).....	318
7.	Estudo do art. 11, Parágrafo único (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019).....	319

**ALTERAÇÕES NA LEI DO
DISQUE-DENÚNCIA (LEI 13.608/18)**

1.	Considerações iniciais.....	322
2.	Maiores considerações sobre as alterações promovidas pela lei.....	323

**ALTERAÇÕES NA LEI DOS RECURSOS
EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAIS (LEI 8.038/90)**

1.	Considerações gerais.....	327
2.	A utilização do acordo de não persecução penal.....	328

**ALTERAÇÕES NA LEI DO FUNDO NACIONAL
DE SEGURANÇA PÚBLICA
(LEI 13.756/18)**

**ALTERAÇÕES NO CÓDIGO DE
PROCESSO PENAL MILITAR**

1. Considerações gerais	332
Referências Bibliográficas.....	333